



*PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP*  
*DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES*  
CNPJ MF 45.317.955/0001 - 05  
[licitacao@itirapua.sp.gov.br](mailto:licitacao@itirapua.sp.gov.br)

**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 84/2026**  
**PROCESSO Nº 772/2026**

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 75, INCISO II, § 3º, DA LEI Nº. 14.133/2021

O **MUNICÍPIO DE ITIRAPUÃ**, Estado de São Paulo, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 45.317.955/0001-05, com sede na rua Dozito Malvar Ribas, 5000, Centro, Itirapuã/SP, CEP 14.420-000, telefone: (16) 3146 6700, e-mail [licitacao@itirapua.sp.gov.br](mailto:licitacao@itirapua.sp.gov.br), por intermédio do Prefeito Municipal, Senhor Gerson Luiz Alves, torna público que, realizará dispensa de licitação, para registro de preços, com objetivo de obter propostas adicionais de eventuais interessados, com critério de julgamento MENOR PREÇO, nos termos do artigo 75., inciso II, § 3º., da Lei 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO	DIA <b><u>21/05/2026</u></b> , ÀS <b><u>08:30</u></b> HORAS
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS	DIA <b><u>21/05/2026</u></b> , ÀS <b><u>09:00</u></b> HORAS
REFERÊNCIAS DE HORÁRIO	HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF
ENDEREÇO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO (o envio das propostas, fase de disputa e envio da documentação de habilitação será feita somente através do site <a href="http://www.licitanet.com.br">http://www.licitanet.com.br</a> )	<a href="http://www.licitanet.com.br">http://www.licitanet.com.br</a>

**1. DO OBJETO:**

1.1. Constitui objeto do presente procedimento de Dispensa de Licitação obter proposta adicional de eventuais interessados para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE PAINÉIS DE LED, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE EVENTOS DIVERSOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE ITIRAPUÃ/SP.**

1.1. Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

1.1.1. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

1.1.2. ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA;

1.1.3. ANEXO III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

1.1.4. ANEXO IV – TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)

1.1.5. ANEXO V – TERMO DE CONSENTIMENTO PARA TRATAMENTO DE DADOS

1.2. Da Justificativa:

1.2.1. A locação de painéis de LED justifica-se pela necessidade de garantir maior qualidade, visibilidade e impacto visual nos eventos promovidos pela Prefeitura Municipal de Itirapuã. Esses equipamentos são essenciais para a exibição de conteúdos audiovisuais em espaços públicos, permitindo melhor comunicação com o público presente, especialmente em locais abertos e com grande concentração de pessoas.

1.2.2. Os painéis de LED serão utilizados em diversas ocasiões, como transmissões de jogos nacionais, eventos esportivos, apresentações culturais, campanhas institucionais e comemorações de datas festivas, contribuindo para a modernização e profissionalização das



*PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP*  
*DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES*  
*CNPJ MF 45.317.955/0001 - 05*  
[licitacao@itirapua.sp.gov.br](mailto:licitacao@itirapua.sp.gov.br)

---

ações promovidas pelo Município.

1.2.3. Considerando que tais eventos, em sua maioria, reúnem público numeroso e ocorrem em ambientes externos, torna-se imprescindível a utilização de equipamentos de alta performance, com adequada luminosidade e resolução, capazes de garantir a perfeita visualização das imagens mesmo sob condições adversas, como luz solar intensa.

1.2.4. Dessa forma, a contratação de empresa especializada no fornecimento e operação dos painéis de LED assegura não apenas a disponibilização dos equipamentos adequados, mas também o suporte técnico necessário para sua instalação, operação e manutenção, garantindo segurança, eficiência e qualidade na execução dos eventos.

## **2. REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

2.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$0,01 (um centavo).

### **2.2. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

2.2.1. Homologado o resultado do procedimento, o fornecedor mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor mais bem classificado ou convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

2.2.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do fornecedor vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

2.2.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de contratação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

2.2.5. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os fornecedores remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **3. DO PRAZO E VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

3.1. A vigência da presente Ata de Registro de Preços será por até 12 (doze) meses, admitida a prorrogação nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/21, mediante termo aditivo.

3.2. O valor se enquadra nos limites estabelecidos no art. 75., inciso I da Lei 14.133/2021, atualizado na forma do artigo 182 do mesmo diploma legal.

## **4. PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:**

4.1. O presente AVISO permanecerá aberto por um período mínimo de 03 (três) dias úteis, a



*PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÁ/SP*  
*DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES*  
CNPJ MJ 45.317.955/0001 - 05  
[licitacao@itirapua.sp.gov.br](mailto:licitacao@itirapua.sp.gov.br)

---

contar da data de sua divulgação no site, para apresentação de propostas complementares. Os respectivos documentos deverão ser encaminhados exclusivamente por meio da Plataforma Licitanet, em formato eletrônico, adotando-se o critério de julgamento de menor preço por item.

4.1.1. O prazo limite para apresentação da proposta de preços será até o dia 21 de maio de 2026, às 08h30min, sendo que a etapa de disputa permanecerá aberta pelo período de 06 (seis) horas.

#### **4.2. Habilitação Jurídica e Fiscal:**

4.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ;

4.2.2. Contrato Social em vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores; Estatuto Social devidamente registrado acompanhado a última ata de eleição de seus dirigentes devidamente registrados em se tratando de sociedades civis com ou sem fins lucrativos. Quando se tratar de empresa pública será apresentado cópia das leis que a instituiu; Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – MEI;

4.2.3. Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa De Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

4.2.4. Certidão Negativa de Débitos Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo;

4.2.5. Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;

4.2.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

4.2.7. Cópia da Cédula de Identidade dos sócios da empresa ou dos representantes das entidades(RG).

#### **4.3. Qualificação Técnica:**

a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, conforme a Lei 14.133/21; A comprovação de aptidão será feita por no mínimo 01 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante tenha realizado a contento, serviço com característica similar, equivalente ou superior ao exigido.

#### **4.4. Proposta de Preços/Cotação:**

4.4.1. A Proposta de preços deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.

4.4.2. As propostas que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.

4.4.3. Os preços ofertados não poderão exceder o limite do art. 75, inciso I da Lei 14.133/2021. Devendo obedecer ao valor estipulado pela legislação.

#### **5. DO PAGAMENTO:**

5.1. O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias úteis após execução dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021.

5.2. Para realização dos pagamentos, o proponente vencedor deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante processo de habilitação.

#### **6. DAS PENALIDADES:**

6.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei, o Contratado/adjudicatário que: não



*PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP*  
*DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES*  
*CNPJ MJ 45.317.955/0001 - 05*  
[licitacao@itirapua.sp.gov.br](mailto:licitacao@itirapua.sp.gov.br)

---

assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta; apresentar documentação falsa; deixar de entregar os documentos exigidos no certame; ensejar o retardamento da execução do objeto; não manter a proposta; cometer fraude fiscal; comportar-se de modo inidôneo, dentro outras condutas previstas na Lei n.º 14.133/2021.

6.2. O Contratado/adjudicatário que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- b. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item/serviço(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

## **7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

7.1. As despesas com a execução de eventual ajuste, correrão à conta de dotação específica, constante do orçamento:

### **02.01.05 DEPARTAMENTO DE CULTURA**

3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Ficha 27

R\$333.031,10

Recurso 01 – Próprio

## **8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

8.1. Poderá o Município revogar o presente aviso, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

8.2. O Município deverá anular o presente aviso, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

8.3. A anulação do procedimento de dispensa de licitação, não gera direito à indenização, ressalvado o disposto no §3º, do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

8.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

Itirapuã/SP, 14 de maio de 2026.

GERSON LUIZ ALVES  
Prefeito Municipal



## **ANEXO I**

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO COM FUNDAMENTO LEGAL NO ART. Nº 75, INCISO I DA LEI 14.133/2021**

#### **TERMO DE REFERÊNCIA**

##### **1. OBJETO**

1.1. Constitui objeto do presente processo o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE PAINÉIS DE LED, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE EVENTOS DIVERSOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE ITIRAPUÃ/SP.**

##### **2. DA JUSTIFICATIVA**

2.1. A locação de painéis de LED justifica-se pela necessidade de garantir maior qualidade, visibilidade e impacto visual nos eventos promovidos pela Prefeitura Municipal de Itirapuã. Esses equipamentos são essenciais para a exibição de conteúdos audiovisuais em espaços públicos, permitindo melhor comunicação com o público presente, especialmente em locais abertos e com grande concentração de pessoas.

2.2. Os painéis de LED serão utilizados em diversas ocasiões, como transmissões de jogos nacionais, eventos esportivos, apresentações culturais, campanhas institucionais e comemorações de datas festivas, contribuindo para a modernização e profissionalização das ações promovidas pelo Município.

2.3. Considerando que tais eventos, em sua maioria, reúnem público numeroso e ocorrem em ambientes externos, torna-se imprescindível a utilização de equipamentos de alta performance, com adequada luminosidade e resolução, capazes de garantir a perfeita visualização das imagens mesmo sob condições adversas, como luz solar intensa.

2.4. Dessa forma, a contratação de empresa especializada no fornecimento e operação dos painéis de LED assegura não apenas a disponibilização dos equipamentos adequados, mas também o suporte técnico necessário para sua instalação, operação e manutenção, garantindo segurança, eficiência e qualidade na execução dos eventos.

##### **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A contratação de empresa especializada para a locação de painéis de LED, destinados à realização de eventos promovidos pelo Município, deverá observar os seguintes requisitos mínimos:

###### **3.2. Qualificação técnica**

3.2.1. A licitante deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

3.2.2. Deverá dispor de equipe técnica qualificada para execução dos serviços de instalação, operação e desmontagem dos equipamentos.

###### **3.3. Especificações dos equipamentos**

3.3.1. Os painéis de LED deverão estar em perfeito estado de conservação, funcionamento e uso.





3.3.2. Deverão possuir resolução compatível com a finalidade do evento, garantindo adequada visualização em ambientes abertos e/ou fechados.

3.3.3. Os equipamentos deverão apresentar níveis de brilho e contraste adequados para utilização em períodos diurno e noturno.

3.3.4. Os painéis deverão ser modulares, possibilitando montagem em diferentes dimensões e formatos, conforme necessidade da Administração.

3.3.5. Deverão ser compatíveis com sistemas de reprodução de vídeos, imagens, apresentações e transmissões ao vivo.

### **3.4. Execução dos serviços**

3.4.1. A contratada será responsável pela montagem, instalação, operação e desmontagem dos equipamentos, incluindo todos os materiais, acessórios e insumos necessários.

3.4.2. Deverá disponibilizar profissional técnico durante todo o período de realização do evento.

3.4.3. Deverão ser realizados testes prévios, de modo a garantir o pleno funcionamento dos equipamentos antes do início de cada evento.

### **3.5. Segurança**

3.5.1. A execução dos serviços deverá observar integralmente as normas técnicas e de segurança vigentes.

3.5.2. Os painéis deverão ser devidamente fixados, garantindo estabilidade e segurança ao público e à estrutura do evento.

3.5.3. A contratada será responsável por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços.

### **3.6. Logística**

3.6.1. O transporte, carga, descarga e demais custos logísticos serão de inteira responsabilidade da contratada.

3.6.2. A contratada deverá cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos para montagem e desmontagem dos equipamentos.

### **3.7. Manutenção e suporte técnico**

3.7.1. A contratada deverá garantir suporte técnico durante toda a execução do serviço.

3.7.2. Em caso de falha ou mau funcionamento, deverá providenciar a substituição imediata dos equipamentos, sem ônus adicional para a Administração.

### **3.8. Habilitação jurídica e regularidade fiscal**

3.8.1. A contratada deverá apresentar toda a documentação exigida no edital, comprovando sua regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, nos termos da legislação vigente.

## **4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE**

### **4.1. São obrigações da Contratada:**

4.1.1. Executar os serviços de locação de painéis de LED de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada, garantindo a qualidade dos equipamentos e serviços prestados;

4.1.2. Realizar a montagem, instalação, operação e desmontagem dos painéis de LED nos locais e datas indicados pelo Município, dentro dos prazos estabelecidos na Ordem de Serviço;

4.1.3. Disponibilizar equipe técnica qualificada, incluindo operador, durante todo o período de realização dos eventos;

4.1.4. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do objeto, incluindo transporte, montagem, desmontagem, alimentação, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES**  
CNPJ MJ 45.317.955/0001 - 05  
[licitacao@itirapua.sp.gov.br](mailto:licitacao@itirapua.sp.gov.br)

---

- 4.1.5. Substituir imediatamente, às suas expensas, quaisquer equipamentos que apresentem falhas, defeitos ou desconformidade com as especificações exigidas, garantindo a continuidade do serviço sem prejuízo ao evento;
- 4.1.6. Realizar testes prévios dos equipamentos antes do início de cada evento, assegurando seu pleno funcionamento;
- 4.1.7. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- 4.1.8. Indicar representante responsável pelo acompanhamento da execução contratual, apto a atender prontamente às solicitações do Município;
- 4.1.9. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao Município ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços;
- 4.1.10. Prestar, sempre que solicitado, os esclarecimentos necessários quanto à execução dos serviços;
- 4.1.11. Observar e cumprir todas as normas técnicas e de segurança aplicáveis à instalação e operação dos equipamentos;
- 4.1.12. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto do contrato sem prévia e expressa autorização do Município.

**5.2. São obrigações do Contratante:**

- 5.2.1. Fornecer à Contratada todas as informações necessárias para a adequada execução do objeto;
- 5.2.2. Disponibilizar o local para instalação dos equipamentos, assegurando condições adequadas de acesso e infraestrutura mínima necessária;
- 5.2.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de servidor designado;
- 5.2.4. Receber os serviços prestados, verificando sua conformidade com as especificações estabelecidas;
- 5.2.5. Comunicar à Contratada quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, para as devidas providências;
- 5.2.6. Efetuar o pagamento à Contratada, conforme as condições estabelecidas no contrato.

**6. OBJETO, QUANTITATIVOS E DO RECURSO FINANCEIRO**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VALOR MÉDIO TOTAL	VALOR TOTAL
1.	PAINEL DE LED. EXPOSIÇÃO CONDUZIDA EXTERIOR P3.91 PASSO ENTRE PIXELS: 3,91 (MM) TAMANHO DO GABINETE: 500X1000 (MM) DENSIDADE DE PIXELS: 65536 CONFIGURAÇÃO PRINCIPAL: 1R1G1B RESOLUÇÃO DO MÓDULO 64X64=4096(PONTOS) CONDUÇÃO IC: ICN2153/SM16380. RESOLUÇÃO DO GABINETE: 128X128 E ÁREA DO GABINETE: 0,25M². ATUALIZAR 3840HZ. BRILHO 5500CD.	M²	100	R\$397,34	R\$39.734,00



*PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP*  
*DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES*  
CNPJ MJ 45.317.955/0001 - 05  
[licitacao@itirapua.sp.gov.br](mailto:licitacao@itirapua.sp.gov.br)

FREQUÊNCIA DE QUADRO 60HZ. QUANTIDADE DO MÓDULO: 48 UNIDADES IC: SM16380/ICN2153 16 NÍVEIS ALTOS. AJUSTE DE BRILHO DO SOFTWARE: 255 GRAUS. SISTEMA DE CONTROLE. CONTROLE SÍNCRONO/ASSÍNCRONO.03 VÍDEO PROCESSADORA COM SEND CARD COM 08 OUT, 4K. CONTENDO TODOS OS CABOS E SOFTWARES NECESSÁRIOS PARA TRANSMISSÃO DE IMAGENS AO VIVO E TAMBÉM TODA ESTRUTURA DE BOX TRUSS DE ALUMÍNIO AL 30, ATÉ 6M DE ABERTURA, ACIMA DESSA MEDIDA USAR BOX TRUSS AL50, PARA MONTAGEM E FIXAÇÃO DOS PAINÉIS. BOX TRUSS DEVIDAMENTE ANCORADO CONFORME ABNT. TÉCNICOS PARA MONTAGEM E DESMONTAGEM, BEM COMO TÉCNICO DE OPERAÇÃO DURANTE TODO O PERÍODO DO EVENTO.				
--	--	--	--	--

Valor Global Estimado: R\$39.734,00 (trinta e nove mil, setecentos e trinta e quatro reais).

## **7. DO ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

7.1. A fiscalização da Ata de Registro de Preços será exercida pela servidora Luciene Mara Ribeiro, Chefe de Assuntos Administrativos. O gestor da Ata de Registro de preços será o servidor responsável pela solicitação, Sr. Weder César Baratto.

7.2. Durante todo o período de vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente sempre que for necessário;

7.3. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações;

7.4. O relatório de entrega dos serviços será destinado ao registro de fatos e comunicações pertinentes aos mesmos;

7.5. Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante.

## **8. DAS SANÇÕES**

8.1 Nos termos do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderá acarretar as seguintes sanções:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, o funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;





*PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP*  
*DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES*  
CNPJ MJ 45.317.955/0001 - 05  
[licitacao@itirapua.sp.gov.br](mailto:licitacao@itirapua.sp.gov.br)

---

- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
  - d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
  - g) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas acima, as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021.
- a) O valor da multa, aplicada será descontado imediatamente no pagamento subsequente, sendo ainda aplicado juros de mora de 1,00% (um por cento) ao mês, ou 0,0333% por dia de atraso.
  - b) Na impossibilidade de desconto no pagamento subsequente, será liquidado do seguro caução previsto neste instrumento.
  - c) As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.
  - d) No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o CONTRATANTE poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo CONTRATANTE, o valor retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

## **9. DO PAGAMENTO**

- 9.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, com a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo representante da contratante, que providenciará a autorização do responsável pelo pagamento.
- 9.2. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Edital e indenização pelos danos decorrentes.
- 9.3. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital para a Contratada.
- 9.4. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 9.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 9.6. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 9.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente,



*PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP*  
*DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES*  
CNPJ MF 45.317.955/0001 - 05  
[licitacao@itirapua.sp.gov.br](mailto:licitacao@itirapua.sp.gov.br)

---

- até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.
- 9.8. Somente por motivo de economicidade ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.
- 9.9. O pagamento somente será efetuado depois de satisfeitas todas as condições de entrega e recebimento previstas neste Edital e seus Anexos.
- 9.10. A Nota Fiscal/Fatura deverá atender às exigências dos Órgãos de Fiscalização, inclusive quanto ao prazo da autorização para sua emissão.
- 9.11. A Nota Fiscal/Fatura deverá indicar o número da nota de empenho e/ou do contrato, os números dos lotes/itens, as quantidades por lote/item, suas fabricações, validades, nome e endereço do local de entrega e dados bancários do CONTRATADO.
- 9.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 9.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 9.14. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 9.15. A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pelo contratado.
- 9.16. O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.
- 9.17. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.
- 9.18. Em caso de aplicação de sanções pecuniárias (multas), poderão ser glosadas da Nota Fiscal ou crédito em favor do contratado, porventura existente junto ao Município, sem prejuízo da execução da garantia contratual, quando o valor da sanção for superior ao do crédito existente.
- 9.19. Se o somatório das sanções pecuniárias (multas) for superior ao valor da Nota Fiscal e da garantia prestada, além da perda destes créditos, responderá o contratado pela sua diferença, cujo saldo deverá ser recolhido em até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da comunicação oficial.
- 9.20. No caso de a DETENTORA encontrar-se em situação de recuperação judicial, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial, ou, se o administrador judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial.
- 9.21. No caso de a DETENTORA encontrar-se em situação de recuperação extrajudicial, junto com os demais comprovantes, deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.



## **10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. Os créditos orçamentários decorrentes das despesas a serem empenhadas neste exercício encontram-se fixados na Lei Orçamentária Anual (LOA), na classificação funcional-programática:

### **02.01.05 DEPARTAMENTO DE CULTURA**

3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Ficha 27

R\$333.031,10

Recurso 01 – Próprio

Itirapuã, 14 de maio de 2026.

Weder César Baratto  
Gestor da Cultura



**ANEXO II**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO COM FUNDAMENTO LEGAL ART. Nº 75, INCISO I DA LEI  
14.133/2021**

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**OBJETO:  
PROPOSTA:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALORTOTAL
01	(...)				
VALOR TOTAL					

Valor Global da Proposta:

Validade da Proposta: 60 dias

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Empresa contratada.

Razão social - Nº do CNPJ:

Endereço:

Apresentamos nossa proposta conforme o Item e preço, estabelecidos no AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Itirapuã/SP, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

Assinatura do Responsável CPF:

\*Obs.: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ, se houver.



### ANEXO III

## DISPENSA DE LICITAÇÃO COM FUNDAMENTO NO ART. Nº 75, INCISO I DA LEI 14.133/2021

### MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

REGISTRO DE PREÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITIRAPUÃ E A  
EMPRESA \*\*\*\*\*.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº \*\*\*\*\*/\*\*

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE ITIRAPUÃ, Estado de São Paulo, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 45.317.955/0001-05, com sede na rua Dozito Malvar Ribas, 5000, Centro, Itirapuã/SP, CEP nº 14420-000, Telefone: 16 3146 6700, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor GERSON LUIZ ALVES, neste ato denominado DETENTOR, e a empresa \*\*\*\*\*, inscrita no CNPJ/MF sob nº. \*\*\*\*\*, com sede na \*\*\*\*\*, cidade de \*\*\*\*\*, neste ato representada por seu \*\*\*\*\*, Sr. \*\*\*\*\*, doravante denominado DETENTORA, tendo em vista o procedimento de dispensa de licitação n.º \*\*\*/2026, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/21, firmam a presente Ata de Registro de Preços mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas:

#### **CLÁUSULA I – DO OBJETO**

1.1. A presente Dispensa de Licitação tem como objeto o \*\*\*\*\*.

1.2. O valor total registrado será de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme detalhado, sendo que o valor unitário de cada item corresponde ao constante na tabela abaixo.

Item	Descrição	Quantidade	Und	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	(..)	(...)	(...)	(...)	(...)
(...)					

**Valor Total Registrado:**

#### **CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS**

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, caput, da Lei Federal n.º 14.133/21.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Prefeitura do Município de Itirapuã não será obrigada a firmar as contratações que delas poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Em caso de prorrogação será aplicado o reajuste conforme o IPCA.

#### **CLÁUSULA III - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

3.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:





*PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP*  
*DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES*  
CNPJ MJ 45.317.955/0001 - 05  
[licitacao@itirapua.sp.gov.br](mailto:licitacao@itirapua.sp.gov.br)

---

- 3.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 3.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- 3.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 3.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 3.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 3.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
- 3.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 3.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 3.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 3.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 3.1.5. Fraudar a licitação
- 3.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 3.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 3.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 3.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 3.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 3.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 3.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 3.2.1. Advertência;
- 3.2.2. Multa;
- 3.2.3. Impedimento de licitar e contratar e
- 3.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 3.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 3.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- 3.3.2. A peculiaridades do caso concreto
- 3.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 3.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 3.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 3.4. A multa será recolhida em percentual de até 10% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial, sem prejuízo das demais penalidades previstas.
- 3.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



*PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP*  
*DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES*  
CNPJ MJ 45.317.955/0001 - 05  
[licitacao@itirapua.sp.gov.br](mailto:licitacao@itirapua.sp.gov.br)

---

3.6. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

3.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades.

3.8. Caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis da aplicação das sanções impostas, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 2 (dois) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

3.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

3.10. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### **CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS**

4.1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação na Dispensa Eletrônica.

Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes na Dispensa Eletrônica, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.2. A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, na Dispensa Eletrônica, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

4.3. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta dos recursos da lei orçamentária anual a ser executada no exercício de 2026, na seguinte dotação orçamentária:

#### **02.01.05 DEPARTAMENTO DE CULTURA**

3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Ficha 27

R\$333.031,10

Recurso 01 – Próprio

#### **CLÁUSULA V – DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO**

5.1. O prazo de execução ocorrerá conforme as datas e horários previamente estabelecidos, considerando que os eventos são realizados em espaços públicos e demandam organização e cumprimento rigoroso da programação definida.

5.2. A Ordem de Serviço será emitida pelo Departamento de Compras do Município e encaminhada por e-mail ou por qualquer outro meio de comunicação previamente acordado entre as partes, visando à melhor execução do objeto.

5.3. Serão obedecidos os seguintes critérios para o recebimento do objeto:

I) O(s) item(ns) registrado(s) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para conferência e fiscalização quanto à sua qualidade e conformidade com a proposta da DETENTORA DA ATA e com o presente Edital, podendo a PREFEITURA, a seu exclusivo critério, determinar a realização de testes, ensaios e demais provas necessárias à comprovação de qualidade,



*PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP*  
*DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES*  
*CNPJ MJ 45.317.955/0001 - 05*  
[licitacao@itirapua.sp.gov.br](mailto:licitacao@itirapua.sp.gov.br)

---

resistência e atendimento às normas técnicas oficiais, cujos custos correrão por conta da DETENTORA DA ATA;

II) O recebimento definitivo somente ocorrerá após a verificação de que o objeto atende integralmente às especificações técnicas exigidas, superando a fase de fiscalização;

III) Considerar-se-á definitivamente recebido o objeto se, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, a PREFEITURA não se manifestar quanto à sua recusa;

IV) O objeto retido na fiscalização será rejeitado e devolvido, correndo por conta da DETENTORA DA ATA todos os custos relativos à sua retirada e substituição, no prazo fixado pela PREFEITURA, sendo que o item substituído estará sujeito à mesma fiscalização prevista no inciso I;

V) A utilização, pela PREFEITURA, de parte ou da totalidade do objeto antes do decurso do prazo para recebimento definitivo, por razões de interesse público, não caracterizará aceitação definitiva, tampouco eximirá a DETENTORA DA ATA da responsabilidade por eventuais danos decorrentes de seu uso;

VI) A recusa do objeto no processo de fiscalização, ou seu encaminhamento para análise, suspenderá o prazo de pagamento, que será retomado integralmente a partir da data de sua substituição ou aprovação nos testes realizados, podendo tal suspensão ocorrer tantas vezes quantas forem necessárias;

VII) O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pelos prejuízos que o objeto venha a causar à PREFEITURA, considerando que os testes e demais provas são realizados por amostragem, não garantindo a conformidade integral de todo o lote com as normas técnicas aplicáveis.

5.6. A PREFEITURA reserva-se o direito de adotar todas as medidas necessárias, inclusive proibir, rejeitar ou sustar a execução, visando ao fiel cumprimento da Ata ou do contrato dela decorrente, arcando a DETENTORA DA ATA com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizatória.

5.7. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui nem reduz a responsabilidade da DETENTORA DA ATA, nos termos da legislação civil, do Código de Defesa do Consumidor e demais normas aplicáveis, que perdurará pelo prazo legal.

5.8. Somente serão analisados pela Administração os pedidos de prorrogação do prazo de entrega que atendam às seguintes condições:

a) sejam apresentados com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data prevista para entrega; e

b) estejam devidamente instruídos com justificativas que demonstrem fato imputável exclusivamente à Administração Pública ou ocorrência de caso fortuito ou força maior.

5.9. Os pedidos apresentados em desacordo com o subitem anterior serão indeferidos de plano.

5.10. O atraso injustificado ou a inexecução do objeto ensejará a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Sétima desta Ata de Registro de Preços.

## **CLÁUSULA VI – DO PAGAMENTO**

6.1 O pagamento será realizado até efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, com a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo representante da contratante, que providenciará a autorização do responsável pelo pagamento.

6.2. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob



*PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP*  
*DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES*  
CNPJ MJ 45.317.955/0001 - 05  
[licitacao@itirapua.sp.gov.br](mailto:licitacao@itirapua.sp.gov.br)

---

pena de aplicação das sanções previstas neste Edital e indenização pelos danos decorrentes.

6.3. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital para a Contratada.

6.4. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

6.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.6. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

6.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

6.8. Somente por motivo de economicidade ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.

6.9. O pagamento somente será efetuado depois de satisfeitas todas as condições de entrega e recebimento previstas neste Edital e seus Anexos.

6.10. A Nota Fiscal/Fatura deverá atender às exigências dos Órgãos de Fiscalização, inclusive quanto ao prazo da autorização para sua emissão.

6.11. A Nota Fiscal/Fatura deverá indicar o número da nota de empenho e/ou do contrato, os números dos lotes/itens, as quantidades por lote/item, suas fabricações, validades, nome e endereço do local de entrega e dados bancários DETENTORA DA ATA

6.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.13. A respectiva nota fiscal/fatura deverá estar devidamente discriminada, em nome da Prefeitura do Município de Itirapua, CNPJ n.º 45.317.955/0001-05;

6.14. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou nota fiscal ou dos documentos exigidos como condição para pagamento (que são os mesmos documentos exigidos na licitação) por parte da PREFEITURA importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do DETENTORA DA ATA;

6.15. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

## **CLÁUSULA VII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO**

7.1. A aquisição do objeto da presente Ata de Registro de Preços, bem como a emissão das ordens de fornecimento serão autorizadas pelo devido responsável, conforme a necessidade.



## **CLÁUSULA VIII – DA GARANTIA**

8.1. Os produtos deverão possuir garantia conforme Código de Defesa do Consumidor.

## **CLÁUSULA IX - DAS OBRIGAÇÕES**

### **A DETENTORA DA ATA se obriga a:**

- 9.1. Fornecer os produtos, objeto desta contratação, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis;
- 9.2. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela municipalidade, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 9.3. Fornecer o objeto contratado, de acordo com os parâmetros da especificação do anexo I, durante toda a vigência da ata de registro de preços.
- 9.4. Substituir ou recuperar o produto que, após a entrega e aceite, apresente defeitos de fabricação, no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, a partir da ciência da rejeição.
- 9.5. Manter, durante a vigência da Ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 9.6. Cumprir a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes, no âmbito da execução do objeto deste Contrato e observar as instruções por escrito da municipalidade no tratamento de dados pessoais.
- 9.7. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

### **A CONTRATANTE se obriga a:**

- 9.8. Decidir, na condição de controlador, quaisquer questões referentes ao tratamento de dados pessoais que surgirem no decorrer deste contrato, no âmbito da Lei Federal 13.709, de 14 agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

## **CLÁUSULA X – CLÁUSULA DÉCIMA (DA ANTICORRUPÇÃO)**

10.1. As partes CONTRATANTES comprometem-se a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, e, no que lhe forem aplicáveis, os seguintes tratados internacionais:

- a) Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE) – Decreto n.º 3.678/2000;
- b) Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA) – Decreto n.º 4.410/2002;
- c) Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção das Nações Unidas) – Decreto n.º 5.678/2006.

10.2. A CONTRATADA declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei n.º 12.846/2013;

10.3. A CONTRATADA se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei n.º 12.846/2013;





*PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÇU/SP*  
*DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES*  
*CNPJ MJ 45.317.955/0001 - 05*  
[licitacao@itirapua.sp.gov.br](mailto:licitacao@itirapua.sp.gov.br)

---

10.4. A CONTRATADA, no desempenho das atividades objeto deste CONTRATO, compromete-se perante a CONTRATANTE a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei n.º 12.846/2013, art. 5º.

10.5. Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte da CONTRATADA, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

- a) Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa – PAR, nos termos do Decreto n.º 8.420/2015, com aplicação das sanções administrativas cabíveis;
- b) Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei n.º 12.846/2013.

10.6. A CONTRATADA obriga-se a conduzir os seus negócios e práticas comerciais de forma ética e íntegra em conformidade com os preceitos legais vigentes no país.

**CLÁUSULA XI – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA (DA PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD).**

11.1. As partes se comprometem a tratar os dados pessoais envolvidos na confecção e necessários à execução do presente Contrato, única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação e normas técnicas aplicáveis sobre segurança da informação e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando à Lei Geral de proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018), sob pena de incidência de multa por descumprimento contratual, para a qual se estipula o valor de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, sem prejuízo de perdas e danos.

11.2. O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses constantes no art. 7º da Lei 13.709/2018: mediante o fornecimento de consentimento pelo titular; para cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, e nas demais condições constantes do artigo 7º da presente lei.

**CLÁUSULA XII – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.2. A fiscalização da Ata de Registro de Preços será exercida pela servidora Luciene Mara Ribeiro, Chefe de Assuntos Administrativos. O gestor da Ata de Registro de preços será o servidor responsável pela solicitação, Sr. Weder César Baratto.

12.3. A comunicação entre contratante e contratada, incluindo notas de empenho, pedidos, comunicados, notificações e todas as demais se dará por meio eletrônico, com a utilização de e-mail, sendo esse reconhecido como meio oficial de comunicação.

12.4. Para o cumprimento do disposto no item 10.3 será utilizado o e-mail da contratada informado na proposta de preços, sendo que ocorrendo qualquer alteração essa deverá ser comunicada imediatamente à contratante, sob pena da aplicação das sanções cabíveis.

12.5. No caso de falecimento, ficam os herdeiros legítimos obrigados a assumirem as obrigações deste contrato a bem do interesse público, observadas as normas pertinentes à sucessão hereditária previstas nos artigos 1784 e seguintes da Lei n.º 10.406/2002 (Código Civil).

12.6. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e do Decreto Municipal n.º 1.245/24 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

12.7. Fica eleito o foro da Comarca de Patrocínio Paulista – SP, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.



*PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP*  
*DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES*  
*CNPJ MJ 45.317.955/0001 - 05*  
[licitacao@itirapua.sp.gov.br](mailto:licitacao@itirapua.sp.gov.br)

---

Itirapuã - SP, xxx de xxxx de 2026.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITIRAPUÃ  
Gerson Luiz Alves  
Prefeito  
CONTRATANTE

EMPRESA  
CNPJ sob o nº...  
CONTRATADA

TESTEMUNHA

1) \_\_\_\_\_  
RG  
CPF

2) \_\_\_\_\_  
RG  
CPF



**ANEXO IV**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO(CONTRATOS)**

CONTRATANTE: \_\_\_\_\_  
CONTRATADO: \_\_\_\_\_  
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): \_\_\_\_\_  
OBJETO: \_\_\_\_\_  
ADVOGADO (S)/ Nº OAB/email: (\*) \_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:** \_\_\_\_\_

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA  
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_



*PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP*  
*DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES*  
*CNPJ MF 45.317.955/0001 - 05*  
[licitacao@itirapua.sp.gov.br](mailto:licitacao@itirapua.sp.gov.br)

---

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo contratante:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela contratada:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Tipo de ato sob sua responsabilidade: \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

(\*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*

(\*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico



**ANEXO V - TERMO DE CONSENTIMENTO PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**  
**Dispensa Eletrônica nº 84/2026**

**CONTRATANTE: XXXXXXXXXXXXX**  
**CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**CNPJ:**  
**CONTRATO N.º XXXXXXXX**

As PARTES se comprometem a tratar os dados pessoais envolvidos na confecção e necessários à execução do presente INSTRUMENTO, única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação e normas técnicas aplicáveis sobre segurança da informação e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n.º 13.709/2018), sob pena de incidência de multa por descumprimento contratual, para a qual se estipula o valor de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, sem prejuízo de perdas e danos.

As PARTES se obrigam diante do presente instrumento, que os direitos dos titulares estarão garantidos e resguardados quanto:

- I – a confirmação da existência do tratamento;
- II – o acesso aos dados pessoais tratados;
- III – a correção dos dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados;
- IV – a anonimização, o bloqueio ou a eliminação dos dados pessoais;
- V – a portabilidade dos dados pessoais;
- VI – a informação sobre as entidades públicas e privadas com as quais foi realizada o compartilhamento de dados;
- VII – informar as consequências da revogação do consentimento;
- VIII – a informação quanto aos fatores que levaram a uma decisão automatizada.

As PARTES também se comprometem a proporcionar o pronto atendimento das requisições realizadas por titulares de dados, providenciando, de forma imediata, ou no máximo em 24 (vinte e quatro) horas, justificando os motivos da demora.

E, por assim estar justo e contratado, as PARTES assinam o presente Termo em 02 (duas) vias do mesmo teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, constituindo ato jurídico perfeito e representando o livre exercício da vontade das partes.

XXXXXXXXXXXX, xx de XXXXXXXX de 2026.

XXXXXXXXXXXX  
Presidente

XXXXXXXXXXXX  
Contratada